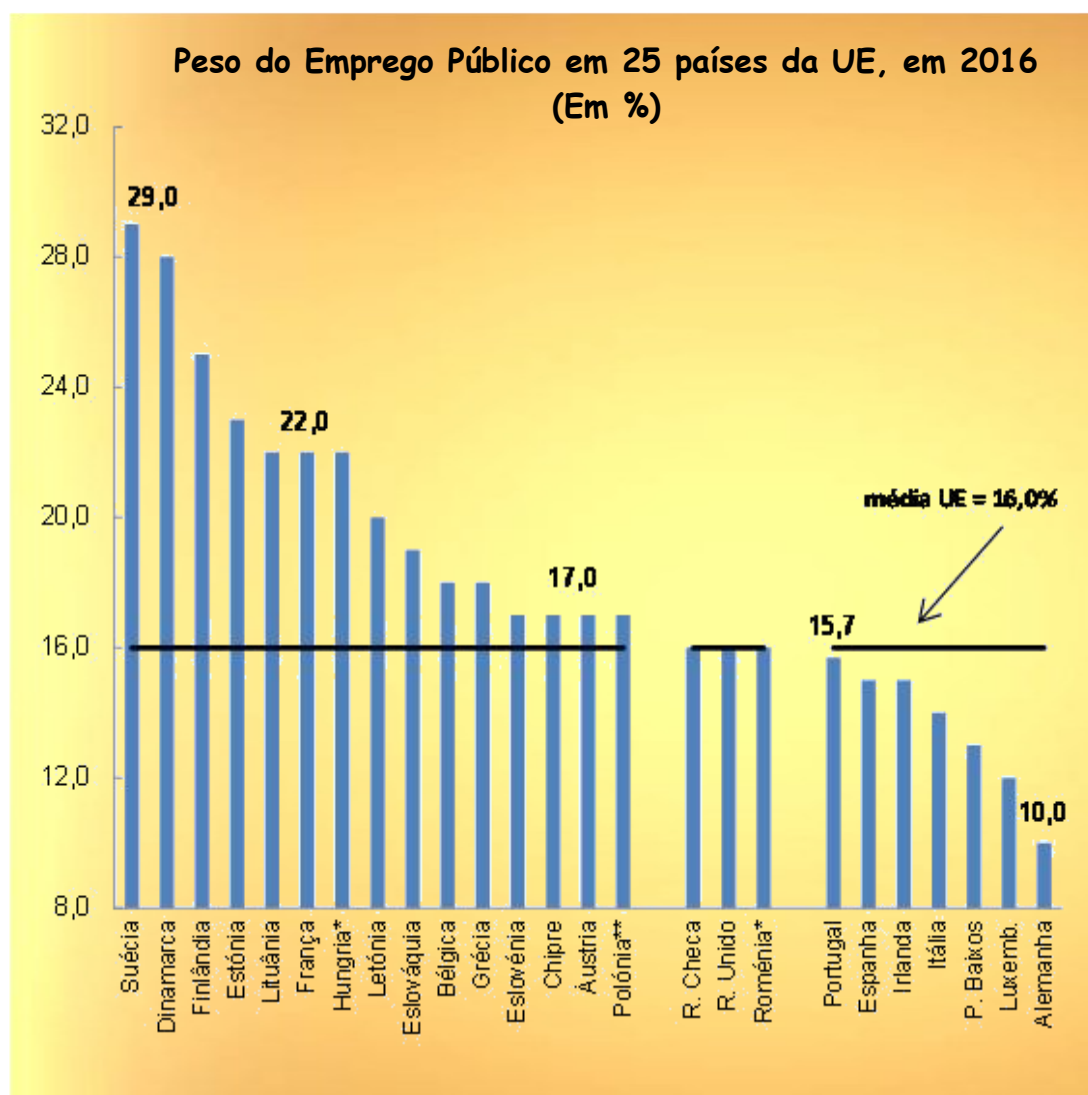


OS NÚMEROS FALAM POR SI

ESCASSEZ DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FACE ÀS ATUAIS EXIGÊNCIAS



Os números falam por si - p. 2 - 5

Visto na imprensa - p. 6 - 8

Legislação de agosto - p. 9 - 11

Cultura e lazer - p. 12

INFOQUADROS

SINDICATO DOS QUADROS TÉCNICOS DO ESTADO E ENTIDADES COM FINS PÚBLICOS

09/2018

OS NÚMEROS FALAM POR SI

ESCASSEZ DE NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS FACE ÀS ATUAIS EXIGÊNCIAS

O número de trabalhadores do setor público continua a ser escasso e envelhecido face às exigências nos diversos domínios: da educação; da prestação de serviços de saúde; de pedidos de pensão e reforma; de manutenção do bom funcionamento dos transportes públicos; de aumento galopante do turismo; de preservação da segurança dos cidadãos; de resolução rápida de processos de justiça, etc.

Na AL-Administração Local, apesar do recrutamento de mais bombeiros (causado pelos incêndios), o número de postos de trabalho registado nos municípios portugueses (cerca de 98 mil, no final de jun/18) mantém-se abaixo de 2011 (cerca de 106

mil), podendo comprometer o futuro processo de descentralização e de segurança das populações do interior do país.

No final de jun/18, existiam 675 mil pessoas no setor das AP-Administrações Públicas, representando -52,5 mil face a 2011 (-7,2% em termos homólogos) devido ao aumento insuficiente registado nos últimos anos, culminando numa diminuição para 14% do total do emprego e 12,9% da população ativa (-1,4 e -0,5 p.p., respetivamente face a 2011) (Quadro 1).

1. Emprego do Setor das Administrações Públicas (AP) em Portugal

Setor da Administ. Pública	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	2018*-2011
<i>Postos de trabalho do Setor da AP</i>									<i>Var. acumul.</i>
Número	727 785	699 901	674 927	656 376	659 103	664 126	669 331	675 320	-52465
No Total do Emprego	15,4%	15,4%	15,2%	14,6%	14,5%	14,4%	14,1%	14,0%	-1,4 p.p.
No Total da População Activa	13,4%	13,0%	12,8%	12,6%	12,7%	12,8%	12,8%	12,9%	-0,5 p.p.
No Total da População	6,9%	6,7%	6,5%	6,3%	6,4%	6,4%	6,5%	6,6%	-0,3 p.p.
1000 Habitantes	69	67	65	63	64	64	65	66	-3
<i>Variação anual face ao final do ano precedente</i>									
Número	:	-27 884	-24 974	-18 551	2 727	5 023	5 205	5 989	-52465
Em %	:	-3,8%	-3,6%	-2,7%	0,4%	0,8%	0,8%	0,9%	-7,2%

Nota: Exclui as Empresas Públicas não integradas na AP (ver Quadro 2). Setor das AP agrupa a Administração Central, Regional e Local e Fundos de Segurança Social. Por sua vez, os Subsetores incluem o Estado no caso da Administração Central, Governos das Regiões Autónomas, Municípios e Freguesias da A. Local, Serviços e Fundos Autónomos, Entidades Públicas Reclassificadas (englobando os hospitais empresariados e empresas de transportes públicos, tais como: CP e Metro) e Instituições Sem Fim Lucrativo. * Final de junho.

Para se ter uma ideia do conceito mais alargado de emprego público, acrescentou-se ao universo do Setor das AP (Quadro 1.), o conjunto de empresas públicas não reclassificadas, pertencentes à AC, AL e RAM -Região Autónoma da Madeira (Quadro 2.).

Com efeito, o emprego deste universo empresarial era constituído por 43,5 mil pessoas no final de jun/18, tendo diminuído 30 mil face a 2012 (-41% em termos homólogos). De facto, assistiu-se a uma forte quebra deste tipo de emprego na AC (-60% em termos homólogos), associado à privatização da TAP e à passagem da Carris para a CML, ambos em

2017, para além da privatização da ANA e dos CTT, em 2013. Igualmente, a recente privatização do Novo Banco também contribuiu para que o emprego do setor financeiro diminuísse para 8,6 mil trabalhadores no final de jun/18 (14 mil em 2012). Já em relação ao emprego nas empresas detidas pela AL, houve um aumento para quase 19 mil pessoas (+28% em termos homólogos) devido à passagem da Carris para a CML, a partir do 1º trim/17, conforme já referido, abrangendo sobretudo um acréscimo de assistentes operacionais/operários/auxiliares, nomeadamente motoristas (Quadro 2).

2. Emprego de Empresas Públicas não integradas no Setor da AP (postos de trabalho)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	Var. de 2018* face a 2012	
A. Central	56 629	41 909	42 618	39 491	39 864	22 731	22 593	-34 036	-60,1%
A. Local	14 574	14 310	14 121	14 588	15 175	18 043	18 675	4 101	28,1%
Região Aut. Madeira	2 306	2 279	2 203	2 166	2 133	2 149	2 192	-114	-4,9%
Total Empre. Públ.	73 509	58 498	58 942	56 245	57 172	42 923	43 460	-30 049	-40,9%

RAM - Região Autónoma da Madeira. * Final de junho.

Conjugando os dados dos Quadros 1 e 2, obtém-se assim o total do emprego público, o qual se situa em cerca de 719 mil trabalhadores no final do 1º sem/18 em Portugal, representando cerca de

-55 mil face a 2012 (-7,1% em termos homólogos) e baixando para 14,8% do total do emprego e 13,8% da população ativa (17% e 14,4%, respetivamente, em 2012) (Quadro 3).

3. Emprego Público Total (Somatório dos Quadros 1 e 2)

EMPREGO PÚBLICO TOTAL	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018*	2018*-2012	
	<i>Número de postos de trabalho</i>							Nº	%
Setor da Administ. Pública	699 901	674 927	656 376	659 103	664 126	669 331	675 320	-24 581	-3,5%
Empresas Públicas	73 509	58 498	58 942	56 245	57 172	42 923	43 460	-30 049	-40,9%
TOTAL	773 410	733 425	715 318	715 348	721 298	712 254	718 780	-54 630	-7,1%
	<i>Peso do Emprego Total, em %</i>							<i>Variação em p.p.</i>	
No Total do Emprego	17,0%	16,6%	15,9%	15,7%	15,7%	15,0%	14,8%	-2,2	
Na População Activa	14,4%	13,9%	13,7%	13,8%	13,9%	13,6%	13,8%	-0,6	
Na População	7,3%	7,0%	6,8%	6,9%	7,0%	6,9%	7,0%	-0,3	

* Final de junho.

O controlo das admissões na função pública; a não substituição dos que se aposentaram; a não renovação de muitos contratos com e o recurso, em 2014, ao programa de rescisões amigáveis que levaram ao **emagrecimento da**

administração pública. Diminuiu também o emprego nas Forças Armadas, nas Forças de Segurança (especialmente PSP) e na Administração Tributária (Quadro 4 e Gráfico 1).

4. Emprego do Setor das Administrações Públicas (AP), por Carreiras Profissionais postos de trabalho

Carreira da Administração Pública (AP)	2011	2015	2017	2018*	2018*-2011 Variação	2011 Em % do Total	2018*
1. Assist. operacional/operário/auxiliar	173 609	152 604	151 104	152 272	-21 337 -12,3%	23,9%	22,5%
2. Educ.Infância e Docentes Ensino Básico/Secund.	151 170	129 169	134 046	135 365	-15 805 -10,5%	20,8%	20,0%
3. Assistente técnico/administrativo	97 952	85 241	84 132	84 673	-13 279 -13,6%	13,5%	12,5%
4. Forças Armadas	34 514	29 178	27 164	26 601	-7 913 -22,9%	4,7%	3,9%
5. PSP	21 934	21 406	20 320	20 519	-1 415 -6,5%	3,0%	3,0%
6. Dirigente intermédio	11 019	9 385	9 935	10 177	-842 -7,6%	1,5%	1,5%
7. Represent. poder legislativo	3 165	2 217	2 287	2 355	-810 -25,6%	0,4%	0,3%
8. Administração Tributária e Aduaneira	9 926	9 454	9 254	9 218	-708 -7,1%	1,4%	1,4%
Soma = (1) até (8)	503 289	438 654	438 242	441 180	-62 109 -12,3%	69,2%	65,3%
Total AP	727 785	659 103	669 331	675 320	-52 465 -7,2%	100,0%	100,0%

* Final de junho.

Porém, nos últimos 3 anos, começa a notar-se alguma inversão de tendência descendente do emprego no setor das AP para algumas carreiras, tais como: Técnicos Superiores; Enfermeiros; Médicos e Professores Universitários. Desta forma, o número de:

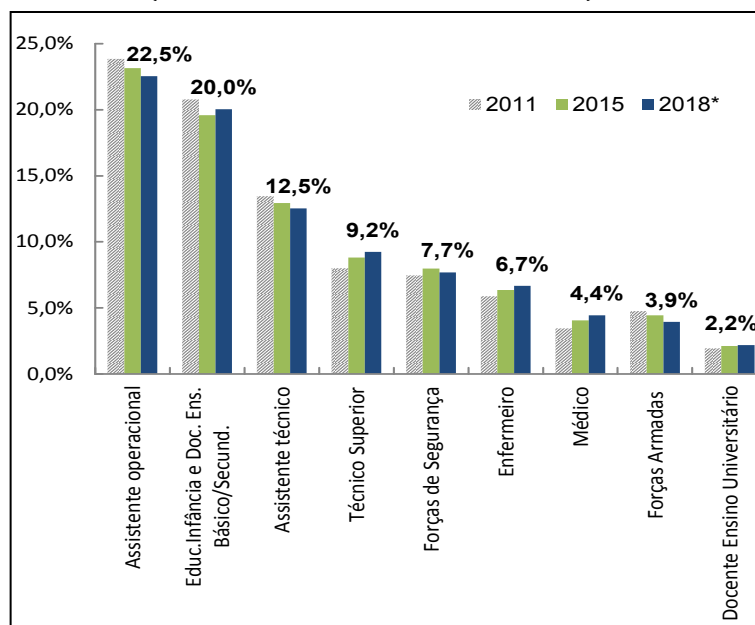
- técnicos superiores era de 62,4 mil no final de jun/18 (9,2% do Total) comparado com 58 mil em 2011 (8% do Total);

- enfermeiros ascendia a 45 mil no final de jun/18 (6,7% do Total), quando em 2011, representava cerca de 43 mil (5,9% do Total);

- médicos situava-se em 30 mil no final de jun/18 (4,4% do Total) e em 2011 figuravam 25 mil (3,4% do Total);

professores universitários remontava a 14,7 mil no final de jun/18 (2,2% do Total); enquanto não ia além dos 14 mil em 2011 (1,9% do Total).

1. Principais Carreiras Profissionais do Emprego Público (Em % do Total do Setor das AP)



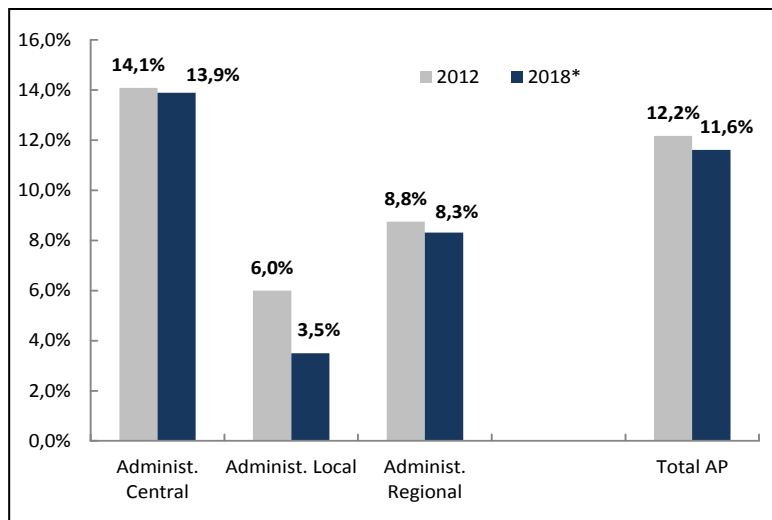
De acordo com o vínculo jurídico dos postos de trabalho, apesar de ter baixado face a 2012, ainda existiam 78,4 mil trabalhadores contratados a termo no setor das AP, no final

de jun/18 (11,6% do Total) comparado com 85,2 mil em 2012 (12,2% do Total), tendo esta redução sido mais acentuada para a AL e a RAM.

Mas, o recuo dos contratados a termo na Administração Central foi muito mais ténue, até porque ainda existiam cerca de 71,3 mil no final de jun/18 (13,9% da AC), comparado com 75 mil em 2012 (peso de 14,1%); sendo de salientar que no caso específico do Estado, permaneciam

cerca de 44 mil contratados a termo no final de jun/18, cujo peso subiu para 14,2% do total da AC no final do 1º sem/18 (13,7% em 2012), demonstrando a continuação de uma elevada precariedade do emprego em algumas Instituições Públicas (Gráfico 2).

2. Emprego Público dos Contratados a Termo do Setor das AP (Em % do Total dos Subsetores)

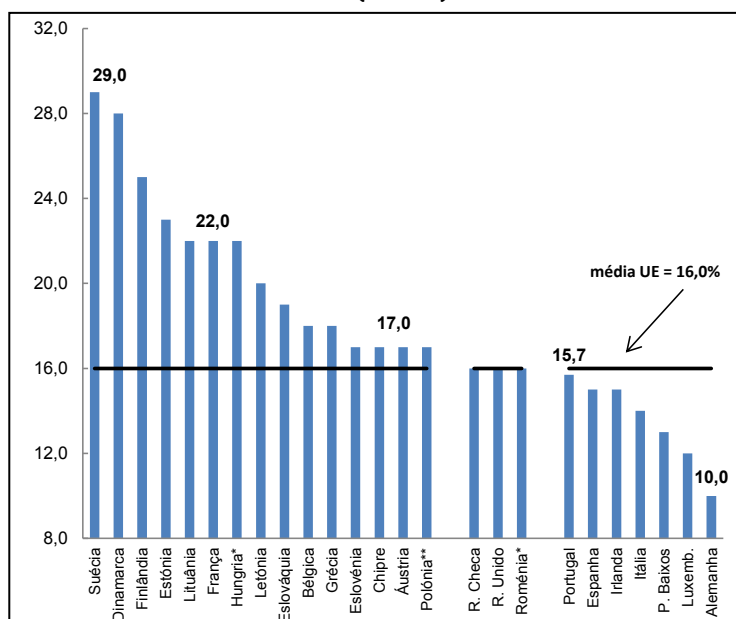


* Final de junho.

Por último, comparando com os restantes países da UE para 2016, o peso do emprego público em Portugal era de 15,7%, ligeiramente inferior à média europeia, mas bastante abaixo dos 3

países nórdicos (entre 25 e 29%), bálticos (entre 20 e 23%), França, Hungria, Eslováquia, Bélgica e Grécia (entre 18 e 22%).

3. Peso do Emprego Público em 25 países da UE, em 2016 (Em %)



Fontes: Eurostat; DGAEP e INE p/Portugal, inclui empresas públicas não integradas no setor das AP, tratando-se do conceito mais alargado de emprego público (ver Quadro 3). Média da UE, exclui Bulgária, Croácia, Malta, Hungria e Roménia. * 2015 e ** 2009.

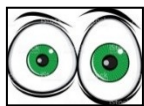
Visto na imprensa em agosto de 2018



Funcionários perderam 10% do poder de compra

O STE propôs ao Governo um aumento salarial de 3%, aumento do subsídio de refeição para 6 euros, a reposição dos 3 dias de férias, regras mais benéficas para as carreiras contributivas longas e descongelamento mais célere das progressões. «São escolhas que achamos possíveis e que o Governo tem de fazer. Portugal é o terceiro país da zona euro com mais encargos com parcerias público-privadas. O Governo tem de escolher se apoia a transferência de recursos públicos para a esfera privada ou se valoriza os trabalhadores», disse Maria Helena Rodrigues.

(Fonte: Correio, 01-08)



Marcelo promulga descentralização mas com aviso.

O Presidente da República promulgou, ontem, dia 2 de Agosto, a lei-quadro da descentralização e a Lei das Finanças Locais mas deixou alguns reparos: a primeira é demasiado vaga, pelo que aguarda para ver como os diplomas que irão a concretizar e aí tomará uma decisão, que poderá ser diferente da que tomou agora. Marcelo está preocupado com «a sustentabilidade financeira concreta da transferência para as autarquias locais de atribuições até este momento da Administração Central», que é também o que está a causar mais mal-estar aos autarcas. Segundo o Presidente esta transferência poderá ser entendida como a passagem de responsabilidades para as autarquias.

(Fonte: Público, 03-08)



163 dias a trabalhar para pagar impostos

Segundo um estudo do Instituto Económico Molinari, os portugueses trabalharam até ao dia 12 de Julho apenas para pagar os impostos, i. e. só a partir de dia 13 de Julho é que começaram a trabalhar para si, o que corresponde a

163 dias de trabalho para o Estado, 1 dia a mais que no ano passado e 3 dias a menos do que em 2016. Os impostos e as contribuições sociais esgotam quase 45% do salário de um trabalhador português. No top 3 estão os trabalhadores da Bélgica, da Áustria e da França. Os trabalhadores franceses libertaram-se dos impostos a 27 de Julho, os da Áustria a 18 de Julho e os da Bélgica a 17 de Julho

(Fonte: Correio, 03-08)



Estado contrata para acelerar pensões

O Instituto da Segurança Social (ISS), lançou um concurso para recrutamento externo de 200 trabalhadores para acelerar os pedidos de reformo pendentes. Vieira da Silva tinha já admitido, no mês passado, que o tempo de espera era elevado. Este concurso externo irá integrar 150 assistentes técnicos e 50 técnicos superiores. Prevê-se que cerca de 70 trabalhadores sejam alocados ao Centro Nacional de Pensões. O ISS perdeu cerca de 27% dos recursos humanos entre 2011 e 2015, pelo que teve um grande impacto no seu funcionamento. A área das pensões foi a que teve maior perda de recursos humanos, cerca de 35%. Para além destes 200 trabalhadores irão ainda ser recrutados, ao abrigo do PREVEPAP 60 trabalhadores para o Centro Nacional de Pensões.

(Fonte: Público, 14-08)



Inês e Évora recebidos em euforia

Inês Henriques e Nelson Évora, conquistaram medalhas de ouro em Berlim, 50 km marcha e triplo salto, respectivamente. Os medalhados não esconderam o seu contentamento à chegada a Lisboa onde foram recebidos em euforia. Os dois atletas ambicionam obter também medalhas de ouro nos próximos jogos olímpicos em 2020, em Tóquio.

(Fonte: Correio, 14-08)



Governo de António Costa engorda 32% desde 2015

O Governo, entre Dezembro do ano passado e Junho deste ano, fez mais 31,7% de contratações para os gabinetes, mais 282 elementos se compararmos com Dezembro de 2015. No final de 2017 o aumento foi justificado pelo facto

de terem sido criadas duas novas secretarias de Estado: a da Habitação e a das Finanças. No entanto, desde o início deste ano já entraram mais 28 pessoas. Os valores a pagar em 2018 poderão situar-se nos 63,1 milhões de euros.

(Fonte: Negócios, 16-08)



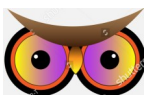
Reforma obrigatória aos 70 anos:

«Sabe o que sou? Emigrante»

O Ministério das Finanças fez declarações em que se prepara para alterar a lei da aposentação obrigatória dos funcionários públicos, quando atingem o limite de idade de 70 anos. No ano passado, aposentaram-se 387, nestas condições e, no ano anterior, nem chegaram aos 500. De entre eles esteve João Bilhim, ex-presidente da CRESAP. Na altura afirmou, tal como hoje, que o Estatuto da Aposentação permite que o Governo autorize que um aposentado possa continuar a trabalhar por razões de «excepcional interesse público». No caso dele, o Governo não tomou essa decisão. «Para o governo português estou incapaz de trabalhar. Sabe o que sou? Emigrante». O antigo presidente do Instituto de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP) encontra-se a trabalhar na Universidade de Brasília com um contrato de 15.806 reais (cerca de 3,9 mil euros por mês). Aqui não tem de escolher entre o salário e a pensão que auferia (cerca de 4.500 euros mês). Vital Moreira também defende o fim da aposentação obrigatória aos 70, pois não vê razão para afastar pessoas que ainda têm muito para oferecer, como é o caso de professores universitários, magistrados, médicos ou investigadores.

Os sindicatos entendem que os interesses de funcionários de algumas carreiras «não devem justificar uma política geral contrária ao rejuvenescimento do Estado». Helena Rodrigues sublinha «que o Governo já tem a possibilidade de autorizar [Trabalho] após os 70 anos. Uma medida deste género é desnecessária, aprofundando o caminho de envelhecimento da população activa».

(Fonte: Negócios, 17-08)



Salários do Estado podem subir com menos descontos para a ADSE

No próximo ano os trabalhadores da Administração Pública poderão ver aumentos salariais, apesar de o primeiro-ministro e o ministro-adjunto terem afirmado que preferiam contratar mais funcionários públicos do que aumentar o salário dos que já existiam. Parecem ter encontrado a solução: descer a contribuição para a ADSE. Actual-

mente os funcionários descontam 3,5% do seu salário para a ADSE e a ideia é descer o desconto em 0,25 pontos percentuais. Esta proposta esteve em cima da mesa negocial para o OE 2018, por parte do Bloco de Esquerda, mas acabou por cair. O Bloco retomou a proposta. Poder a contratação de novos funcionários e aumentar os mais antigos.

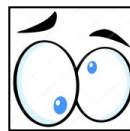
(Fonte: Negócios, 22-08)



Vinte câmaras ficarão com um terço dos funcionários a transferir

Vinte municípios todos do litoral irão gerir cerca de um terço de mais de 43.000 trabalhadores vinculados ao Estado e que irão ser transferidos para o poder Local, juntamente com a gestão das 996 escolas do 2º e 3º ciclos. Os municípios que lideram são Lisboa, Sintra, Porto e Gaia. Os autarcas já contestaram as contas do Governo quanto às verbas a transferir, que dizem não estar correctas, tal como o número de funcionários, que não chegam para as necessidades. Sabem que anualmente o Ministério da Educação recorre a precários para suprir as faltas, pelo que este custo sairá da tesouraria das autarquias. O presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas espera que a Lei defina as competências a transferir de uma forma muito clara. Os directores querem que a gestão do pessoal não docente seja feito pelas escolas e não pelas autarquias, por recearem que fora do período escolar a Câmara retire os funcionários para executarem outras tarefas na autarquia. Há também escolas com cantinas sem concessão, pelo que temem também perderem esse direito de gestão directa.

(Fonte: Jornal de Notícias, 24-08)



Cativações em máximos da ferrovia

Há serviços públicos que continuam com cativações a 100%, como é o Caso da ferrovia, da Justiça e Defesa. O Ministério da Finanças informa que as cativações são inferiores ao ano passado, mas o que é certo há um grande travão. As cativações só podem ser desbloqueadas com boa fundamentação, pelo que continuam congelados 922 milhões de euros, «que equivale a 86% daquela despesa inicial sob cativações». A rubrica que sofre de maior é de «transportes e comunicações» do programa do Ministério do Planeamento, na vertente dos transportes ferroviários». No entanto, há serviços onde até houve crescimento na despesa como na «Cultura (+22,6%) e nas empresas de transportes públicos, como a

infraestruturas de Portugal (+9,2%) e a Comboios de Portugal (+ 4,9%)».

(Fonte: Jornal de Notícias, 28-08)



Centros de saúde vão ter mais 80 psicólogos e nutricionistas

Foi publicado no DR nº 164/2018, 2º Suplemento, Série II de 27 de Agosto, a abertura para os procedimentos concursais para admissão a estágio com vista à integração na carreira de técnico superior de saúde de 40 psicólogos clínicos e 40 nutricionistas para os cuidados de saúde primários.

Psicologia Clínica: Aviso 12314-A/2018

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/116171626/details/normal?q=Aviso+n.%C2%BA%2012314-A%2F2018>

Nutrição: Aviso 12314-B/2018

<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/basic?q=Aviso+n.%C2%BA+12314-B%2F2018>

As vagas para psicólogos são distribuídas da seguinte forma: 17 para o Norte, 17 para o Centro e as restantes para Lisboa e Vale do Tejo. No caso dos nutricionistas serão distribuídas assim: 31 para Lisboa e Vale do Tejo, duas para o Norte, três para o Centro e 3 para o Algarve.

O prazo se abertura do concurso é de 30 dias úteis a contar da data do Aviso.z

(Fonte: Público, 29.08)



Medida emblemática do OE sem aprovação garantida

A medida apresentada por António Costa para a redução do IRS para os emigrantes que queiram voltar ao país não foi muito bem recebida por todos partidos. Tanto o Boco como o PCP não garantem, a priori, o apoio à medida. O único que se pronunciou favoravelmente à medida foi o Presidente da República. Marcelo Rebelo de Sousa «Tudo o que for feito, venha de onde vier é bem-vindo»

(Fonte: Negócios, 29-08)



Novas reformas no Estado estão em queda

Desde 2004 que as aposentações trabalhadores da Administração Pública têm vindo a diminuir. O presente ano parece ir bater o record. Até Julho deste ano aposentaram-se 5145 trabalhadores, menos 350 do que o ano passado. As introduções introduzidas, na altura da Troika, parecem estar a condicionar as saídas, pois a idade vai avançando à medida que aumenta a esperança de vida.

(Fonte: Jornal de Notícias, 30-08)



Maioria dos municípios do Grande porto recusa descentralização em 2019

Os 17 municípios da área do Porto juntaram-se para discutir a transferência de serviços da Administração Central para as autarquias. De entre os 17 assumem a recusa Porto, Gaia, Matosinhos, Valongo, Espinho, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Trofa, Vale de Cambra e Paredes. Na área da Grande Lisboa, afinam pelo mesmo diapasão, Palmela, Mafra, Setúbal, Sesimbra e Moita. No Norte, juntam-se as autarquias de Braga e Boticas. Oliveira de Azeméis poderá vir a engrossar a lista, se for essa a vontade da maioria na discussão agendada para o Executivo. Odivelas, Montijo e Oeiras estão a aguardar, mas inclinam-se para a recusa. «As câmaras questionam a validade legal de uma circular de um serviço do Estado para alterar uma lei da Assembleia da República e não querem correr o risco de aceitação tácita de atribuições, sem conhecer os termos exatos das novas tarefas e o dinheiro que receberão para cumpri-las».

(Fonte: Jornal de Notícias, 30-08)



Marcelo não teme chumbo do Orçamento

O Presidente da República acredita que a aprovação do Orçamento de Estado para 2019 não está comprometida, apesar de os partidos terem já entrado na campanha eleitoral. Não só não está preocupado com a aprovação do OE como está ainda convencido que a legislatura chega até ao fim. Os focos de tensão que vão aparecendo fazem parte da campanha e é natural que assim aconteça. O OE tem propostas convergentes como é exemplo na matéria fiscal, nas pensões, nos benefícios sociais (emprego e educação p.ex.). «Sobre os riscos de eleitoralismo no OE 2019, o Presidente da República referiu que já alertou para essa questão e que vai ver o que acontece».

(Fonte: Negócios, 30-08)



30 mil contratados ainda não progrediram

Alguns trabalhadores do Estado ainda não receberam o montante relativamente ao descongelamento das progressões. Entre estes, estão os trabalhadores dos hospitais EPE. Maria Helena Rodrigues referiu que «só teve conhecimento de irregularidades no 1º trimestre». «Segundo o Governo, até 30 de junho, tinham progredido 344 mil funcionários públicos. Os serviços voltam a ter de comunicar dados sobre as progressões até 15 de outubro».

(Fonte: Correio, 31-08)



LEGISLAÇÃO - AGOSTO 2018

Agosto

[Lei n.º 39/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940704](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estabelece um prazo mínimo de 120 dias de antecedência para a disponibilização dos formulários digitais da responsabilidade da Autoridade Tributária e Aduaneira, alterando a Lei Geral Tributária

[Lei n.º 40/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940705](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Determina a atualização anual dos honorários dos serviços jurídicos prestados pelos advogados no âmbito do apoio judiciário, procedendo à segunda alteração à [Lei n.º 34/2004](#), de 29 de julho, que altera o regime de acesso ao direito e aos tribunais

[Lei n.º 41/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940706](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Modelo de informação simplificada na fatura da água (primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 114/2014](#), de 21 de julho, que estabelece os procedimentos necessários à implementação do sistema de faturação detalhada)

[Lei n.º 42/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946547](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Autoriza o Governo a aprovar um regime especial de tributação para a atividade de transporte marítimo e de benefícios fiscais e contributivos aplicáveis aos tripulantes

[Lei n.º 43/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946548](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Prorroga a vigência de determinados benefícios fiscais, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais

[Lei n.º 44/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946549](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Reforça a proteção jurídico-penal da intimidade da vida privada na Internet (quadragésima sexta alteração ao Código Penal, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 400/82](#), de 23 de setembro)

[Lei n.º 45/2018 - Diário da República n.º 154/2018, Série I de 2018-08-10115991688](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica

Declaração de Retificação n.º 25-A/2018 - Diário da República n.º 154/2018, 1º Suplemento, Série I de 2018-08-10116029380

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Declaração de retificação à [Lei n.º 45/2018](#), de 10 de agosto, «Regime jurídico da atividade de transporte individual e remunerado de passageiros em veículos descaracterizados a partir de plataforma eletrónica»

[Lei n.º 46/2018 - Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13116029384](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Estabelece o regime jurídico da segurança do ciberespaço, transpondo a [Diretiva \(UE\) 2016/1148](#), do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de julho de 2016, relativa a medidas destinadas a garantir um elevado nível comum de segurança das redes e da informação em toda a União

[Lei n.º 47/2018 - Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13116029385](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recenseamento eleitoral de cidadãos portugueses residentes no estrangeiro (quinta alteração à [Lei n.º 13/99](#), de 22 de março, que estabelece o regime jurídico do recenseamento eleitoral)

[Lei n.º 48/2018 - Diário da República n.º 156/2018, Série I de 2018-08-14116043535](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera o Código Civil, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 47344](#), de 25 de novembro de 1966, reconhecendo a possibilidade de renúncia recíproca à condição de herdeiro legitimário na convenção antenupcial

[Lei n.º 50/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16116068877](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

[Lei n.º 51/2018 - Diário da República n.º 157/2018, Série I de 2018-08-16116068878](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Altera a Lei das Finanças Locais, aprovada pela [Lei n.º 73/2013](#), de 3 de setembro, e o Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 287/2003](#), de 12 de novembro

[Lei n.º 58/2018 - Diário da República n.º 160/2018, Série I de 2018-08-21116130012](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Cria a Comissão Independente para a Descentralização

[Lei n.º 60/2018 - Diário da República n.º 160/2018,](#)

Série I de 2018-08-2116130014

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre mulheres e homens por trabalho igual ou de igual valor e procede à primeira alteração à [Lei n.º 10/2001](#), de 21 de maio, que institui um relatório anual sobre a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, à [Lei n.º 105/2009](#), de 14 de setembro, que regulamenta e altera o Código do Trabalho, e ao [Decreto-Lei n.º 76/2012](#), de 26 de março, que aprova a orgânica da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego

Lei Orgânica n.º 3/2018 - Diário da República n.º 158/2018, Série I de 2018-08-17116090196

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Procede à décima sexta alteração à [Lei n.º 14/79](#), de 16 de maio, que aprova a Lei Eleitoral para a Assembleia da República, à vigésima primeira alteração ao [Decreto-Lei n.º 319-A/76](#), de 3 de maio, que regulamenta a eleição do Presidente da República, à oitava alteração à [Lei Orgânica n.º 1/2001](#), de 14 de agosto, que regula a eleição dos titulares dos órgãos das autarquias locais, à terceira alteração à [Lei Orgânica n.º 4/2000](#), de 24 de agosto, que aprova o regime jurídico do referendo local, e revoga o [Decreto-Lei n.º 95-C/76](#), de 30 de janeiro, que estabelece a organização do processo eleitoral no estrangeiro

Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2018 - Diário da República n.º 148/2018, Série I de 2018-08-02115879179

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Designa a vogal do conselho diretivo do Instituto de Proteção e Assistência na Doença, I. P.

Resolução da Assembleia da República n.º 233/2018 - Diário da República n.º 150/2018, Série I de 2018-08-06115924009

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a promoção do emprego público para as pessoas com deficiência e medidas para acesso à formação profissional e emprego com direitos

Resolução da Assembleia da República n.º 234/2018 - Diário da República n.º 150/2018, Série I de 2018-08-06115924010

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que adote medidas que contribuam para a melhoria da empregabilidade de pessoas com deficiência, regulamentando e avaliando a aplicação dos diplomas que estabelecem as respetivas quotas na sua contratação

Resolução da Assembleia da República n.º 238/2018 - Diário da República n.º 151/2018, Série I de 2018-08-07115933866

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que apresente um relatório sobre o impacto da aplicação da [Lei n.º 27/2016](#), de 23 de agosto, que proíbe o abate de animais errantes como forma de controlo da população, privilegiando a esterilização

Resolução da Assembleia da República n.º 239/2018 - Diário da República n.º 151/2018, Série I de 2018-08-07115933867

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que combata a precariedade e assegure a integração efetiva dos trabalhadores das diferentes Sociedades Polis na Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

Resolução da Assembleia da República n.º 240/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940707

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que tome medidas para melhorar os riscos psicossociais e os problemas de saúde psicológica no trabalho

Resolução da Assembleia da República n.º 241/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940708

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que tome medidas para garantir o direito dos trabalhadores em funções públicas a uma justa reparação em caso de acidente de trabalho ou doença profissional, bem como para lhes assegurar uma efetiva e eficaz tutela jurisdicional

Resolução da Assembleia da República n.º 244/2018 - Diário da República n.º 152/2018, Série I de 2018-08-08115940711

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo o combate à discriminação das mulheres e a promoção da igualdade de género no âmbito das forças e serviços de segurança

Resolução da Assembleia da República n.º 245/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946550

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que promova a segurança e a saúde no trabalho e elabore um programa nacional de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais

Resolução da Assembleia da República n.º 253/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946558

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas e dietistas nas instituições do setor social e solidário que prestam cuidados a idosos

Resolução da Assembleia da República n.º

[256/2018 - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946561](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a revisão do modelo de apoio às artes

[Resolução da Assembleia da República n.º 270/2018 - Diário da República n.º 155/2018, Série I de 2018-08-13116029392](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo medidas que promovam o acesso a produtos da agricultura de produção local às cantinas públicas

[Resolução da Assembleia da República n.º 276/2018 - Diário da República n.º 158/2018, Série I de 2018-08-17116090198](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo a correta e efetiva aplicação do [Decreto-Lei n.º 57/2016](#), de 29 de agosto, sobre o regime de contratação de doutorados destinado a estimular o emprego científico e tecnológico em todas as áreas do conhecimento, e a sua fiscalização

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 27/2018/M - Diário da República n.º 158/2018, Série I de 2018-08-17116090206](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Exige ao Governo da República que assuma a promessa e que cumpra o compromisso de solidariedade assumido para com a população da Região Autónoma da Madeira de reforçar as verbas do POSEUR, em 30,5 milhões de euros, com o propósito de responder às necessidades decorrentes dos grandes incêndios ocorridos no verão de 2016

[Resolução da Assembleia da República n.º 280/2018 - Diário da República n.º 168/2018, Série I de 2018-08-31116272159](#)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Recomenda ao Governo que estude e apresente normas que assegurem a verificação da resistência sísmica dos edifícios em que são realizadas obras

[Decreto-Lei n.º 62/2018 - Diário da República n.º 150/2018, Série I de 2018-08-06115924012](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Altera o Estatuto do Estudante Internacional

[Decreto-Lei n.º 68/2018 - Diário da República n.º 158/2018, Série I de 2018-08-17116090202](#)

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Cria o Fundo de Fundos para a Internacionalização

[Portaria n.º 240/2018 - Diário da República n.º 166/2018, Série I de 2018-08-29116236984](#)

ADMINISTRAÇÃO INTERNA E ECONOMIA

Aprovação do projeto-piloto de aplicação da tarifa solidária de gás de petróleo liquefeito (GPL) a aplicar a clientes finais economicamente vulneráveis

[Portaria n.º 241/2018 - Diário da República n.º 168/2018, Série I de 2018-08-31116272164](#)

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, FINANÇAS, EDUCAÇÃO E ECONOMIA

Aprova as percentagens do mecanismo de correção cambial criado pelo [Decreto-Lei n.º 35-B/2016](#), de 30 de junho, para o segundo semestre de 2018

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 30/2018/A - Diário da República n.º 153/2018, Série I de 2018-08-09115946567](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Conta da Região Autónoma dos Açores, referente ao ano económico de 2016

[Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 32/2018/A - Diário da República n.º 156/2018, Série I de 2018-08-14116043540](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2018

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/A - Diário da República n.º 165/2018, Série I de 2018-08-28116171621](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Cria o Paleoparque de Santa Maria

[Decreto Legislativo Regional n.º 11/2018/M - Diário da República n.º 149/2018, Série I de 2018-08-03115886134](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Adapta à administração regional autónoma da Madeira a [Lei n.º 35/2014](#), de 20 de junho, que aprovou a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, e altera o [Decreto Regulamentar Regional n.º 10/2013/M](#), de 28 de junho, que regulamenta a Bolsa de Emprego Público da Madeira

[Decreto Legislativo Regional n.º 18/2018/M - Diário da República n.º 161/2018, Série I de 2018-08-22116152180](#)

REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA - ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

Procede à alteração do Plano de Desenvolvimento Económico e Social Regional para o período 2014-2020, designado «Compromisso Madeira@2020», aprovado em anexo ao [Decreto Legislativo Regional n.º 2/2014/M](#), de 10 de abril



Exposição - Obra convidada Élisabeth Louise Vigée Le Brun

18 MAI 2018 A 16 SET 2018

COLEÇÃO NOVO BANCO
RETRATO DE ANNE
CATHERINE
LE PREUDHOMME,
CONDESSA DE
VERDUN



Foi provavelmente em 1782 que Élisabeth Louise Vigée Le Brun, uma das mais interessantes pintoras francesas da segunda metade do século XVIII, realizou este retrato da sua melhor amiga, Anne Catherine Le Preudhomme, Condessa de Verdun. A

naturalidade e realismo da representação, a expressão tranquila e luminosa dos olhos azuis-claros, a harmonia conseguida na utilização subtil da justaposição e associação de tons, a sensibilidade na aplicação da luz na carnção do rosto e a economia e equilíbrio da paleta cromática são alguns dos aspetos desta pintura que traduzem de modo muito expressivo o talento de Le Brun.

Fonte: <http://museudearteantiga.pt/exposicoes/elisabeth-louise-vigee-le-brun>

Lisboa - Sede
R. Braamcamp, 88, 2º Dto.
1269-111 Lisboa
Tel.: 213 860 055
(3 linhas)
Tel. Móvel: 961724106/
961880239/963773017
Fax: 213 860 785
ste@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª a 6ª - 9:00-21:00
Sec. Regional do Porto
R. da Alegria, 248, 1º Esq.
4000-034 Porto
Tel./Fax: 222 004 630
Tel. Móvel: 938648672
porto@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 10:00-18:00
3ª e 5ª - 11:00-19:00
Sec. Regional de Coimbra
Av. Fernão de Magalhães,
676, 3º andar - Sala 3
3000-174 Coimbra
Telef.: 239 838 176
Fax: 239 825 186
Tel. Móvel: 925783119
coimbra@ste.pt
Horário de atendimento:
2ª, 4ª e 6ª - 14:00-19:00
Sec. Regional de Évora
Alcárcova de Baixo, 54
Sala B
7000-841 Évora
Tel. e Fax: 266 744 771
evora@ste.pt
Sec. Regional do Algarve
Edifício Ninho de
Empresas
Piso 2, Gab. 13
Estrada da Penha
8000-489 Faro
Tel. Móvel:
925494067/925494065
algarve@ste.pt
Sec. Regional da Guarda
R. Alm. Gago Coutinho,
10, 1º - Centro Dto. Fte.
6300-Guarda
guarda@ste.pt
Tel. Móvel: 961724137
Sec. Regional de Viseu
R. do Gonçálio, 53
Sala 6
3500-137 Viseu
viseu@ste.pt
Tel. Móvel: 961879731
Sec. Regional dos Açores
R. do Rego, 24 - 1º andar
9700-161 Angra do
Heroísmo
Tel. e Fax: 295 217 079
acores@ste.pt
Sec. Regional da Madeira
R. Câmara Pestana, 6
1º andar - Sala D
9000-043 Funchal
Tel. Móvel:
925494067/925494065
madeira@ste.pt
Diretora
Rosa Sousa
Periodicidade: Mensal



18 setembro ~ 11h00
Temporada mpmp
set. - dez. '18
BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL

mpmp
movimento patrimonial pela música portuguesa
BNP BIBLIOTECA
NACIONAL
DE PORTUGAL

O MPMP propõe para os próximos meses uma intensa agenda. Serão, no total, 32 eventos com música de 64 compositores, 6 estreias absolutas (incluindo uma ópera, *Ninguém e Todo-o-Mundo*), 6 novos CDs, 6 partituras inéditas, um novo *Songbook* e um concurso de composição. A programação MPMP passará por espaços privilegiados tais como o Museu Nacional de Arte Antiga ou o Teatro Nacional de São Carlos, em Lisboa, o Palácio de Seteais, em Sintra, o Convento de São Francisco, em Coimbra, ou o

Teatro Helena Sá e Costa, no Porto. Espera-se Bomtempo, homenageiam-se António Fragoso, Joly Braga Santos e Bernardo Sasseti, celebram-se Luís Tinoco, António Pinho Vargas ou Amílcar Vasques-Dias, entre muitos outros.

Uma temporada ambiciosa, que redescobre património esquecido, estimula a criação contemporânea, desafia o diálogo entre música e arquitectura e provoca a participação do público.

Fonte: http://www.bnportugal.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=1363%3Aapresentacao-temporada-mpmp-18-set-18-11h00&catid=169%3A2018&Itemid=1373&lang=pt